

O “MAL-ESTAR” DA DÍVIDA: UMA REPRESENTAÇÃO SOCIAL DO ENDIVIDAMENTO PARA CONSUMIDORES DE BAIXA RENDA

THE DEBT “ILL-BEING”: A SOCIAL REPRESENTATION OF INDEBTEDNESS FOR LOW-INCOME CONSUMERS

Thiago De Paula^I 

Verónica Peñaloza^{II} 

Isadora Morais Duarte de Vasconcelos^{III} 

Márcio Cesar Rocha Sousa^{IV} 

^I Universidade Estadual do Ceará, UECE, Fortaleza, CE, Brasil. Mestrando em Administração. Email: thiago.paula@aluno.uece.br

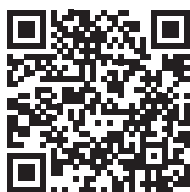
^{II} Universidade Estadual do Ceará, UECE, Fortaleza, CE, Brasil. Doutora em Economia. Professora do Programa de Pós-Graduação em Administração. Email: veronica.penaloz@uece.br

^{III} Universidade Estadual do Ceará, UECE, Fortaleza, CE, Brasil. Mestranda em Administração. Email: isadoramd@gmail.com

^{IV} Universidade Estadual do Ceará, UECE, Fortaleza, CE, Brasil. Mestrando em Administração. Email: rocha.marciocesar@gmail.com

Resumo: O endividamento revela-se como um fenômeno multifacetado, cujas repercussões extrapolam a esfera econômica, sendo responsável por forjar as subjetividades individuais, os modos de expressão e as práticas cotidianas dos sujeitos. Destarte, o presente estudo teve como objetivo apreender a representação social do constructo do endividamento para consumidores pertencentes à baixa renda, buscando identificar os significados que a ela subjazem. Para a obtenção dos propósitos dessa pesquisa, foram realizadas 194 entrevistas estruturadas de curta duração, analisadas a partir da técnica de evocação livres de palavras e do método Alceste mediante o uso do software IRAMUTEQ. Como resultado, verificou-se que o endividamento se revela enquanto fenômeno multifacetado com uma multiplicidade de atributos que concorrem à representação do seu conceito, transcendendo a compreensão puramente racionalista da lógica econômico-financeiro. Sucintamente, os sujeitos estruturam sua representação do endividamento em dois polos organizadores principais, expressados através de um elemento estrutural – a qual possui origem no arranjo socioeconômico geral – e de seu inter-relacionamento ao contexto individual. Nesse sentido, o fenômeno do endividamento apresenta repercussões subjetivas aos sujeitos, refletidas na organização das práticas do cotidiano, gerando, assim, um conjunto de obrigações financeiras individualizantes que resultam, sobretudo, em consequências emocionais prejudiciais aos mais pobres.

Palavras-chave: Endividamento; Representação Social; Baixa Renda; Subjetividades.



DOI: <https://doi.org/10.31512/vivencias.v17i33.448>

Submissão: 11-02-2021

Aceite: 25-03-2021

Abstract: Indebtedness reveals as a multifaceted phenomenon, whose repercussions go beyond the economic sphere, being responsible for forging individual subjectivities, modes of expression and the daily practices of the subjects. Thus, this study aimed to apprehend the social representation of indebtedness for low-income consumers. To this end, 194 short structured interviews were carried out, analyzed using the technique of evocation of words technique, as well as the



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

Alceste method using the software IRAMUTEQ. As a result, it was found that indebtedness is revealed as a multifaceted phenomenon with a multiplicity of attributes that contribute to the representation of its concept, transcending the pure rationalist understanding of economic-financial logic. Summarily, the subjects structure their representation of indebtedness into two main organizing poles, expressed through a structural element - which has its origin in the socioeconomic arrangement - and their interrelationship with the individual context. In this sense, the phenomenon of indebtedness has subjective repercussions for the subjects, reflected in the organization of daily practices, then generating a set of individualizing financial obligations that result, above all, in harmful emotional consequences for the poorest.

Keywords: Indebtedness; Social Representation; Low-Income; Subjectivities.

Introdução

Nas últimas décadas, políticas nacionais da maior parte dos países da América Latina priorizaram, em seus modelos de desenvolvimento econômico, programas que perpassavam a concepção da inclusão de estratos sociais mais baixos a uma economia de mercado globalizada (RIBEIRO; LARA, 2016). Não obstante, o financiamento para o alcance dessas políticas decorreu, sobretudo, a partir da expansão do setor bancário e do acesso ao crédito por parte das famílias (TAPIA, 2018; RIUS; ROMÁN, 2015). Como consequência, os países dessa região viram uma expressiva expansão da participação do consumo privado per capita, crescendo a uma taxa anual cumulativa mais elevado do que países da OCDE durante os anos de 2000 e 2012 (CEPAL, 2016; RIUS; ROMÁN, 2015).

Como reflexo, aquisição de dívidas tem se tornado uma condição social geral na atual sociedade, alcançando níveis críticos em diversos países da América Latina (DEAN *et al.*, 2013; RIUS; ROMÁN, 2015). Segundo o Garber *et al.* (2018), as dívidas de pessoas físicas no Brasil cresceram, nos últimos anos, a um ritmo maior do que o Produto Interno Bruto (PIB) do país e da renda das famílias. Do mesmo modo, de acordo com o Sistema de Proteção aos Clientes (SPC) (2019), cerca de 40% da população adulta do país encontra-se endividada. Com agravo, 93% de todos consumidores endividados no país, 59 milhões de pessoas, pertenciam aos estratos sociais mais baixos, às classes C, D e E (SPC, 2019).

À vista disso, o crédito tem sido identificado como um dos facilitadores do fenômeno do consumo, haja visto que, enquanto elemento propulsor, este tornara-se um elemento inexequível à constituição da sociedade de consumo (FONTENELE, 2007). A incessante busca pelo atendimento dos desejos pessoais propiciou o surgimento de uma sociedade de consumidores, a qual sobrelevou uma lógica de gratificação imediata dos desejos através do consumo em comparação a um comportamento austero – de valorização da parcimônia (BAUMAN, 2010b). Apesar disso, Bauman (2010b) alerta para o fato de que ainda pouco se discute acerca da sustentabilidade da atual sociedade baseada nos pilares do consumo e do crédito.

Nesse contexto, compreende-se que o endividamento, enquanto um fenômeno social com múltiplas causas e repercussões sobre os indivíduos (HENNIGEN, 2016), manifesta-se nos diferentes tecidos da sociedade (LAZZARATO, 2017), de maneira que seu sistema credor-devedor, isto é, o fato de ter dívidas ou estar endividado seria, portanto, responsável por moldar a natureza das relações sociais (LAZZARATO 2009). Dessa forma, “homem endividado” (DEULEUZE, 2008, p. 224) emerge enquanto nova figura subjetiva consecutiva a essa constituição socioeconômica na qual a sociedade encontra-se forjada no sistema credor-devedor.

Como consequência, a dívida incube aos indivíduos um compromisso contínuo de reembolso do crédito, revelando uma dimensão moralizante e uma disciplina de vida, a qual reconfigura as atitudes, os comportamentos, os modos de expressão e as práticas do cotidiano dos seus envolvidos (LAZZARATO, 2017; HENNIGEN; BORGES 2014). A partir disso, o endividamento acarreta implicações subjetivas significativas aos indivíduos, uma vez que sua dimensão moralizante faz gerar nestes a sensação de “culpa” e fracasso pelo endividamento (HENNIGEN; GEHLEN, 2012; HENNIGEN, 2019; HENNIGEN; BORGES, 2014).

Em decorrência disso, salienta-se a necessidade de compreender o endividamento para além de uma questão puramente econômico-financeira, ressaltando seu papel ativo na construção de subjetividades individuais. Estudos recentes têm buscado esclarecer o papel desse fenômeno como constituinte de uma “governabilidade da dívida” nas sociedades latino americanas (TAPIA, 2018; LOPEZ, 2018; RIBEIRO; LARA, 2016), muito embora ainda sejam insípidos estudos empíricos a cerca desse fenômeno. Adicionalmente, ressalta-se a necessidade de se expandir essa discussão para englobar a baixa renda, dado que ainda pouco se debate acerca das repercussões do endividamento nesse segmento (ROCHA; SILVA, 2008; SCIRÉ, 2011), uma vez que os mais pobres da sociedade são os mais vulneráveis aos corolários do endividamento.

Considerando estas discussões acerca da economia da dívida, o presente estudo tem como objetivo apreender a representação social do constructo do endividamento para consumidores pertencentes à baixa renda, buscando identificar os significados que a ela subjazem. Em complemento, vale ressaltar que, neste estudo, a abordagem das representações sociais busca compreender o imaginário social acerca desse fenômeno, a fim de destacar as singularidades e generalidades a respeito do tema em questão.

Destarte, este trabalho estrutura-se, portanto, em cinco seções além desta introdução. Apresenta-se, inicialmente, uma breve revisão dos estudos acerca da economia da dívida, com atenção a necessidade de incluir a baixa renda como sujeito de pesquisa do fenômeno do endividamento. Por conseguinte, aborda-se os procedimentos metodológica e, em seguida, analisa-se os resultados. Por fim, são discutidos os achados da pesquisa e, na última seção, apresentadas as conclusões e recomendações para pesquisas futuras.

Referencial teórico

Da Sociedade de Consumo à Economia da Dívida: o Surgimento do “Homem Endividado”

O universo do consumo tornou-se o cerne das discussões das ciências sociais devido não somente por ser um objeto mediador das relações sociais, mas também por constituir o plano cultural das sociedades contemporâneas (RETONDAR, 2008). Para Bourdieu (2011), o consumo tornou-se o elemento estruturante da imagem simbólica do homem social, aduzindo que a aquisição de bens de consumo definiria a ordem social de seus possuidores. De modo complementar, Lipovetsky (2007) aduzem que o ato de consumir permite aos consumidores viverem um processo de individualização da experiência do consumo, de maneira que toda a sociedade estaria estruturada em função da felicidade.

Nesse sentido, o desejo de consumir é socialmente construído a partir da necessidade de pertencimento e de interação à sociedade (BAUMAN, 2010b), a qual, por consequência, estabelece-se em cima de um ciclo de insaciabilidade, de criação de novas necessidades e, por conseguinte, de constante insatisfação (RETONDAR, 2008). O conceito de sociedade de consumo busca, portanto, refletir essa nova constituição social, econômica, política e subjetiva, cujos bens são consumidos pela sua significação simbólica em detrimento do seu valor utilitário (BAUDRILLARD, 2011). A nova composição social transfere-se, portanto, de uma sociedade de produtores para se constituir em uma sociedade de consumidores (BAUMAN, 2010b), pois o consumo substitui o trabalho/produção enquanto formadores das subjetividades (HENNIGEN, 2016; RETONDAR, 2008).

Por sua vez, a transição à sociedade de consumidores não ocorre senão à vista de uma consolidação do sistema creditício (BAUMAN, 2010b; HENNIGEN, 2019), uma vez que a oferta de empréstimos cria e amplia a necessidade de novos empréstimos, de modo a se evitar que as necessidades sejam satisfeitas (BAUMAN, 2010b). Por consequência, a lógica da parcimônia e da poupança, até então cultivadas na sociedade de produtores, volta-se, para uma gratificação imediata advinda dos desejos de consumo (BAUMAN, 2010B; FONTENELE, 2017).

Como consequência, os níveis de endividamento dos consumidores têm alcançado níveis críticos em muitos países, assim como tem havido o aumento significativo da parcela do orçamento familiar destinado ao pagamento das dívidas (DEAN *et al.*, 2013). A ascensão de uma finança “virtual”, sobretudo devido a desregulamentação do sistema bancário a partir das décadas de 70/80, sobrelevou o endividamento familiar, possibilitando a constituição de uma economia organizada sobre a dívida (LAZZARATO, 2009; ZORDAN; SILVA, 2018). De acordo com Lazzarato (2017), o uso de cartão de crédito introduz os indivíduos em um circuito financeiro, o qual permite a abertura automática de uma relação de crédito que instaura um ciclo de dívida permanente.

Dessa forma, o surgimento do fenômeno endividamento em massa faz suscitar, portanto, a constituição de uma economia do endividamento, cuja dívida, além de constituir o motor do crescimento econômico, define a natureza das relações sociais na sociedade contemporânea (LAZZARATO, 2009). Dessa forma, Lazzarato (2017) advoga uma modificação do processo do campo de subjetivação individual, cujo âmbito sai da esfera do intercâmbio (econômico ou simbólico), defendido por Baudrillard (2011), e passa para o crédito. Essa modificação é decorrente da existência da relação de poder inerente ao sistema credor-devedor, pois o sistema de intercâmbio admite um equilíbrio e existência de simultaneidade (LAZZARATO, 2017).

Sujeito de sua própria dívida, o indivíduo passa, dessa forma, a ser movido dentro de uma lógica econômico-financeira de pagamentos perenes de contas, que, em favor de sua sobrevivência, negocia sua própria individualidade e biografia (ZORDAN; SILVA, 2018; LAZZARATO, 2017).

Por conseguinte, sob essa nova constituição socioeconômica emerge uma nova figura subjetiva, criada a partir da transição das formas de dominação das sociedades disciplinares às sociedades de controle, cujo “homem não é mais o homem confinado, mas o homem endividado” (DELEUZE, 2008, p. 224). Para além das restrições físico-espaciais das sociedades disciplinares, o sistema da dívida remete a uma subjetivação moral, com uma disciplina de vida, um controle sobre o pensamento e os modos de expressão (ZORDAN; SILVA, 2018).

Essa disciplina decorre da esfera moralizante inerente à relação credor-devedor, uma vez que o sistema da dívida não é apenas algo financeiro, mas constitui também um estatuto moral – cuja origem de ambas para Nietzsche (1998) é a mesma. Nessa perspectiva, a dívida, além de requerer um compromisso contínuo de reembolso, reconfigura o comportamento e atitudes dos devedores, fazendo circular entre os governados os sentimentos de culpa e “responsabilidade” (LAZZARATO, 2013, p. 88).

Assim sendo, os indivíduos são disciplinados e governados por um sistema que exige dos governados um assíduo comportamento responsável e racional acerca dos assuntos financeiros cotidianos (TAPIA, 2018; LOPEZ, 2018). A individualização e a personificação do problema do superendividamento – sobretudo devido ao avanço de políticas neoliberais que dissolveram a constituição comunidade-indivíduo (LAZZARATO, 2009; HARDT; NEGRI, 2014) – acarreta, dessa forma, considerável sofrimento psicológico e problemas de saúde aos sujeitos (HENNIGEN; BORGES, 2014; ZORDAN; SILVA, 2018; HENNIGEN; GEHLEN, 2012).

Em consequência, a relação credor-devedor vem exibindo feições cada vez mais prejudiciais ao indivíduo. Em grande medida, isso deve-se ao fato do indivíduo, à revelia do hedonismo provocado pelas miríades da cultura de consumo, a partir do acesso a um “crédito fácil” é, todavia, apoderado por uma cobrança pelo mercado de uma postura e atitude racional pelo sujeito (TAPIA, 2018; GRAEBER, 2016). De acordo com Hennigen (2016), consumidores em situação de superendividamento apresentam defluências emocionais significativas, como a presença de sentimentos de vergonha, culpa, angústia, impotência e outros problemas de saúde decorrentes da dívida. Em consonância, Peñaloza *et al.* (2019) e Carvalho, Gerhard e Peñaloza (2017) ao realizarem uma representação social do endividamento para consumidores identificaram que presença de tais sentimentos negativos estão mais associados a consumidores mais pobres.

“Pobres Demais para Dívida?”

A pobreza, enquanto fenômeno complexo, acomete, quer pela sua composição relativa quer pela forma absoluta, quase metade da população mundial (WORLD BANK, 2018). Sob essa circunstância, Deleuze (2008, p. 224) acreditava que o fato do capitalismo manter grande parte da humanidade em constante miséria seria um revés para o estabelecimento dos

mecanismos de controle, aduzindo que esses indivíduos eram “pobres demais para a dívida, numerosos demais para o confinamento”. Entretanto, Hennigen (2019, p. 3956) observa que nem mesmo a escassez pecuniária e as múltiplas privações sofridas por indivíduos pobres permitiram que estes se encontrassem alheios ao fenômeno do endividamento. Ao contrário, na atual constituição do sistema capitalista ninguém se encontra isento à economia da dívida, uma vez que o sistema credor-devedor é uma relação de poder universal, a qual abrange mesmo aqueles que não possuem acesso ao crédito (LAZZARATO, 2017).

Com efeito, a estratégia recente da política de grandes bancos tem sido a busca por um público alvo de pessoas de menor renda para aprisionar os novos consumidores em uma lógica da dívida (RIBEIRO; LARA, 2016; GRAEBER, 2016). Sobre este processo, Bauman (2010a, p. 9) aduz que isso se deve ao fato do capitalismo ser um “sistema parasitário”, cuja sua forma de sobrevivência – à semelhança do processo de acumulação primitiva advogado por Luxemburgo (1985) – é a busca incessante de novas “terras virgens”, que se traduzem, sobretudo, como mercados ainda não explorados de maneira lucrativa. Neste contexto, as pessoas pobres, para se tornarem “úteis” ao mercado, necessitariam apenas ter acesso a mecanismos financeiros para responderem às seduções da cultura de consumo (BAUMAN, 2010a, p. 32). Como exemplo, Ribeiro e Lara (2016) observam que uma política recorrente de grandes bancos no Brasil, para aprisionar novos consumidores, refere-se ao impulsionamento da oferta do cartão de crédito a faixas de renda cada vez mais baixas.

O crédito, desse modo, atua como um intermediário àqueles que não possuem recursos suficientes para o alcance dos desejos e para o consumo de produtos-imagens – responsáveis por formular identidades – viabilizadas a partir do marketing e da publicidade (HENNIGEN, 2016). À vista de saciar as necessidades criadas e instituídas pelo mercado, o crédito, por consequência, tornou-se uma essencialidade na vida dos pobres, sobretudo devido a sua característica de poupança invertida e uma antecipação do consumo (ROCHA; SILVA, 2008; PONCHIO; ARANHA, 2007). De acordo com Tapia (2018, p. 91), o crédito tornou-se um dispositivo de “seguridade social” aos indivíduos de baixa renda, pois são os mecanismos encontrados por esse segmento da população para acessar a bens e oportunidades sociais não ofertadas pelo Estado, como educação, saúde e moradia.

Todavia, Sciré (2011; 2009) chama a atenção para as alterações nos modos de vida das classes mais baixas a partir da proliferação dos mecanismos de crédito. A “financeirização da pobreza” seria, de acordo com a autora, a requalificação das práticas e dinâmicas cotidianas de quem vive com pouco dinheiro a partir do uso do crédito. A introdução de uma finança virtual, sobretudo devido à emergência dos cartões de crédito, fez com que a organização do orçamento familiar passasse a ser gerida a partir de uma lógica mercantilizada, baseadas em regras de prazos estabelecidos pelos cartões (SCIRÉ, 2011; TAPIA, 2018; LOPEZ, 2018). Nessa perspectiva, a inclusão das parcelas mais pobres da população ao sistema financeiro não decorre sem consequências sociais específicas, uma vez que estes são os consumidores mais vulneráveis aos corolários de uma lógica do endividamento. De fato, de acordo com o Sistema de Proteção aos Clientes (SPC, 2018), dentre os compromissos que mais levaram à negatificação dos consumidores das classes mais baixas (C, D e E), o crediário e o cartão de crédito foram os

principais responsáveis pelas dívidas (SPC, 2018). Destarte, o “mercado da pobreza” parece não ser demasiado pobre para participar de uma cultura de consumo da sociedade contemporânea, assim como de participar do sistema creditício.

Metodologia

Com intuito de se atingir os objetivos da pesquisa, empreendeu-se um estudo de caráter exploratório de natureza qualitativa e quantitativa, de corte transversal, mediante uma amostra não probabilística por acessibilidade (VERGARA, 2008). O estudo foi realizado em diferentes locais públicos com intenso fluxo de indivíduos – como em terminais de ônibus e nas ruas ao seu entorno – durante os meses de novembro de 2019 a janeiro de 2020. Apesar da abordagem dos participantes ter sido de caráter incidental, os locais de pesquisa foram escolhidos por uma ação deliberada pelos pesquisadores. O objetivo era aumentar a homogeneidade do *corpus* de pesquisa, uma vez que esses ambientes são, sobretudo, frequentados por transeuntes de classes menos abastadas. Ademais, é válido ressaltar que os pesquisadores buscaram se distanciar de instituições financeiras/bancárias e locais de compra, como shoppings e centros comerciais, para evitar vieses nas respostas dos indivíduos.

Ademais, para composição da amostra desse estudo é necessário ressaltar que, à vista do impasse sob o qual o construto da pobreza e da baixa renda residem (SEN, 2010), este trabalho buscou fugir do escopo monetário de delimitação das classes sociais, haja visto que tal métrica pode recair em uma comparação “interpessoal da satisfação dos desejos” a partir da assunção do consumo material como meta de comparativa dos sujeitos (SEN, 1985, p. 191). Logo, optou-se como alternativa a utilização da escala ESOMAR para análise, a qual considera tanto a profissão como o nível de educação do chefe da família (ADIMARK, 2010) – elementos não incorporados em escalas de renda tradicionais, por exemplo. A sua escolha reside na compreensão de que essa escala possibilita captar de melhor forma as nuances da multidimensionalidade da baixa renda – como os funcionamentos do tipo de trabalho que o indivíduo exerce e o nível escolaridade atingido pelo chefe da família. Nesse sentido, subjaz o entendimento que estes dois elementos constitutivos para condição de agência individual – educação e trabalho – por possibilitarem ao indivíduo uma maior capacidade exercer algum controle sobre suas vidas e de garantir maior liberdade dos agentes de efetuar outros funcionamentos (SEN, 1985; 2010).

Para coleta de dados, foi utilizado a técnica de evocação livres de palavras, a qual consiste na obtenção de sentenças emitidas pelos respondentes quando uma determinada palavra ou expressão indutora lhe é apresentada (VERGARA, 2008). Essa técnica se caracteriza como uma abordagem que possibilita elevar o senso comum à categoria de conhecimento legítimo, cujo material conceitual referente às respostas dos indivíduos, enquanto um quadro de significados, assegura capturar um corte da realidade social (MOSCOVICI, 2010).

Desse modo, a finalidade da evocação de palavras é desvendar a associação de percepções subjacentes a um determinado grupo de indivíduos para atingir uma representação social do fenômeno. Em virtude do objeto de pesquisa encontrar-se em um contexto ativo, a representação permite a compreensão da construção sociocognitiva do fenômeno, a qual é, de maneira

constante, concebida pela relação sujeito-objeto (ABRIC, 1968). Logo, a técnica de evocação de palavras viabiliza a apreensão da representação social, a qual permite compreender como um determinado grupo humano constrói seu conjunto de saberes, assim como este grupo busca compreender, localizar e ajustar-se ao mundo (MOSCOVICI, 2010).

Foram realizadas entrevistas estruturadas de curta duração, na qual os participantes foram solicitados a expressar as cinco palavras ou expressões que lhes viessem à mente ao escutarem o termo indutor “endividamento”. Embora o desenho da entrevista direcionasse as respostas, os pesquisadores não refreavam manifestação do discurso dos entrevistados, permitindo a coleta de informações adicionais. Em geral, as entrevistas duraram em média seis minutos o que permitia aos entrevistados explanarem com maior profundidade a respeito de suas percepções e opiniões que nutriam sobre o tema. Em seguida, os entrevistados foram solicitados a responderem questões de caráter sociodemográfico, tais como idade, renda familiar, número de pessoas na família e escolaridade.

Como primeiro passo da análise, realizou-se um processo de lematização, a qual consiste em agrupar as palavras que possuem o mesmo radical (WACHELKE; WOLTER, 2011). Após esse tratamento, processou-se o método Alceste ou Classificação Hierárquica Descendente (CHD) com o intuito de apreender a dinâmica da produção verbal dos respondentes. Essa análise permitiu encontrar as ligações em comum do discurso dos respondentes, uma vez que seu objetivo foi a distribuição de declarações em um sistema de relações antitéticas, isto é, em classes lexicais marcadas pelo contraste de vocabulário (KALAMPALIKIS, 2003). Em complementariedade, um mapa conceitual foi construído a partir de uma Análise de Correspondência Múltipla (ACM) com as classes lexicais emergidas durante a CHD. O uso desse método possibilitou apreender a associação das classes temáticas aos estratos sociais dos indivíduos (HAIR *et al.*, 2009). Para o alcance dessas análises, foi empregado o software IRAMUTEQ (*Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*) e o software *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS) versão 24.0.

Análise dos resultados

Com relação à caracterização da amostra, foram pesquisados 194 indivíduos, sendo 113 mulheres (58,24%) e 81 homens (41,75%), cujas idades variaram entre 14 a 77 anos, com uma média de idade de 29 anos ($DP = 13,03$). A renda familiar média dos entrevistados foi de dois salários mínimos, com média de quatro pessoas por família. Dentro do escopo monetário de classificação, os indivíduos pertenciam aos estratos sociais C, D e E (IBGE, 2018), sendo, em sua maioria, pertencentes as duas últimas classes (92,26%). Todavia, quando verificados o nível de escolaridade e a ocupação do chefe da família a partir da escala ESOMAR, os respondentes se encontraram divididos entre as classes CA, CB, D e E, cuja maioria (89,69%) concentrava-se nos dois últimos estratos.

Quanto ao *corpus* da pesquisa, foram evocadas ao todo 661 palavras, com uma frequência média de três palavras por respondente. A partir disso, a análise do método Alceste resultou em um dendrograma composto por 174 segmentos de texto (90,21%), emergindo dois eixos

e quatro classes. Dessa forma, a apreensão das representações sociais do endividamento dos indivíduos de baixa renda encontra-se expostas a seguir (Figura 1).

Figura 1 – Dendrograma dos discursos dos participantes

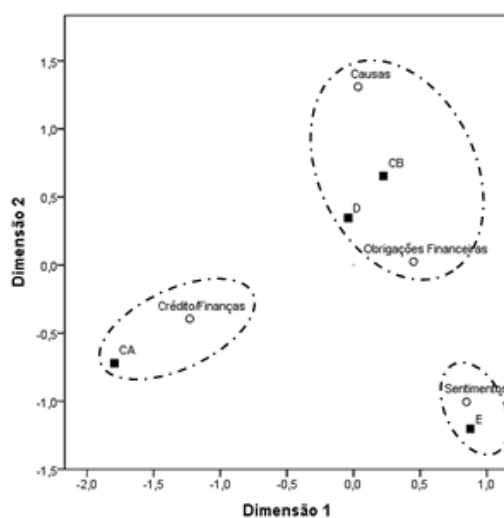
Corpus do Texto Aproveitamento – 174 linhas (90,21%)								
Classe 4 Crédito e Finanças Ponto de partida: 16%		Classe 2 Causas Ponto de partida: 16,57%		Classe 3 Obrigações Financeiras Ponto de partida: 53,71%		Classe 1 Sentimentos Ponto de partida: 13,71%		
Palavra	f	X2	Palavra	f	X2	Palavra	f	X2
Juros	12	67,64	Desemprego	18	77,48	Contas	53	28,15
Banco	9	49,81	Crise econômica	7	36,71	Dívida	51	20,27
SPC/Serasa	9	43,21	Estresse	10	33,12	Pagamento	16	12,36
Cartão de Crédito	13	30,15	Tristeza	5	25,91	Boletos	11	7,46
Dever	6	26,37	Necessidade	3	7,02	Problema	8	4,72
Faturas	4	15,69	Desorganização	3	7,02	Parcelas	5	4,44
Cobrança	3	5,34	Cobrança	3	5,02	Empréstimo	7	3,85
						Descontrole	7	3,85
Âmbito Geral do Endividamento			Âmbito Particular do Endividamento					

Fonte: Autores (2021).

Com 16% dos segmentos de texto analisados, a Classe 4 (Eixo 1) foi a primeira a ser gerada e apresenta conteúdos relativos a um arranjo econômico-financeiro, a partir de um domínio objetivo da visão instituições e produtos creditícios na qual o endividamento encontra-se ancorada. Em contraposição, a Classe 1 (Eixo 2), composta por 13,71% do material analisado, relata o domínio subjetivo da representação do endividamento, sendo evocados as consequências emocionais e os sentimentais causados por este.

Em seguida, a Classe 3 (Eixo 2), com 53,71% dos segmentos de texto, descreve a organização do cotidiano dos indivíduos a partir da descrição das obrigações financeiras, ressaltando a relevância de um ciclo perene de dívidas na composição do orçamento das famílias. Por fim, a Classe 2 (Eixo 2), com 16,57% dos segmentos de texto, compreende as principais causas indicadas pelos indivíduos acerca do endividamento, transitando em justificações intrínsecas e extrínsecas para origem da dívida.

Ato contínuo, com o intuito de verificar a associação das representações do endividamento em relação aos estratos sociais dos indivíduos tendo em vista a escala ESOMAR, realizou-se Análise de Correspondência Múltipla. Para tanto, foram usadas as quatro classes temáticas encontradas no método Alceste para categorização das palavras evocados pelos indivíduos. Neste processo, foram excluídas ao todo 142 palavras, uma vez que não se associava a nenhuma categoria encontrada pelo método Alceste. Como resultado, a Figura 3 abaixo apresenta as relações das classes temáticas e da classe sociodemográfica dos indivíduos dispostas em clusters.

Figura 2 – Análise de Correspondência Múltipla das classes temáticas por estratos sociais

Fonte: Autores (2021).

Para o primeiro cluster, a classe temática do “Crédito e Finanças” esteve associada aos indivíduos do estrato social CA, isto é, com maior nível educacional e nível profissional do chefe da família. Em contrapartida, a classe temática compreendendo os “Sentimentos e Emoções” esteve mais relacionada a classe mais baixa (Classe E), com indivíduos com nível de funcionamento e capacidades mais limitadas. Por fim, as classes temáticas “Causas da Dívida” e “Obrigações Financeiras” (últimas classes a serem formadas na CHD) estiveram associadas, porém apenas de modo periférico, às classes D e CB.

Discussões

O uso da abordagem das representações sociais permite compreender como o conhecimento se estrutura e, dessa forma, possibilita evidenciar aspectos do fenômeno ainda não revelados. Nesse sentido, o método Alceste põe em evidência o conteúdo dos enunciados dos indivíduos em estruturas ramificadas, cuja divisão das classes lexicais expressa a dicotomia na organização da produção verbal dos indivíduos (KALAMPALIKIS, 2003). As relações empíricas levantadas ressaltam o endividamento enquanto um fenômeno multifacetado transcendendo a compreensão puramente econômico-financeiro e do racionalismo presente em interpretações frequentes da literatura (PEÑALOZA *et al.*, 2019; CARVALHO; GERHARD; PEÑALOZA, 2017).

Como primeiro passo dessa análise, buscou-se interpretar o conteúdo lexical das classes terminais. Neste caso, o primeiro elemento da representação social a organizar o discurso dos indivíduos são os componentes do sistema financeiro, agrupados na classe 4 (*Crédito e Finanças*). Essa classe engloba a compreensão do endividamento como influência de fatores extrínsecos e gerais aos sujeitos, referentes ao sistema creditício e de financiamento. Do mesmo modo, refletem a constituição estrutural e institucional na qual a dívida encontra-se imersa. Os conteúdos lexicais como *banco* e *SPC/Serasa* compreendem as principais instituições creditícias

relacionadas a esse fenômeno: o primeiro pode ser entendido como o principal agente fornecedor de produtos financeiros que possibilitam as pessoas se endividarem (RIBEIRO; LARA, 2016); o segundo, por sua vez, concerne um elemento de controle, a qual instituiu uma discriminação entre inadimplentes e adimplentes a partir de uma marca moral (HENNIGEN; GEHLEN, 2012).

De modo similar, a faceta dos produtos do mundo financeiro retrata a constituição de um arranjo socioeconômico da dívida na visão dos consumidores. A partir da Figura 2, observa-se que essa classe temática esteve mais associada ao estrato mais elevado da amostra (CA), o que pode revelar que, para esse estrato, o endividamento está mais relacionado a questões de ordem financeira (e.g., *juros, cartão de crédito, fatura*) e do relacionamento com instituições creditícias. Essa conexão pode estar ligada ao fato desse estrato social possuir maiores canais de acesso às instituições e menores privações de uso de produtos financeiros em geral (PEÑALOZA *et al.*, 2019).

Em seguida, o segundo elemento da representação social que organiza o discurso dos indivíduos de baixa renda acerca do endividamento são os *Sentimentos e as Emoções*. Essa classe reúne sobretudo conteúdos referentes as consequências, as emoções e aos sentimentos latentes decorrentes do endividamento. Conteúdos lexicais como *angústia, medo e sufoco* revelam a existência de um mal-estar evocadas pela existência dívida. Esses dados denunciam as feições prejudiciais que a subjetivação moral da dívida pode acarretar ao indivíduo (HENNIGEN; BORGES, 2014; LAZZARATO, 2017). De modo similar a Hennigen (2016), o estudo observa que os discursos evocados estiveram associados a um estado contínuo de atenção e preocupação do indivíduo frente a existência da dívida, assim como nota-se o endividamento enquanto uma situação que gera inquietude e aflição. Nessa perspectiva, ressalta-se a compreensão do endividamento alienado não apenas em sua dimensão financeira, mas um fenômeno capaz de ocasionar desconforto e mal-estar entre os sujeitos.

Ademais, a partir da Figura 2 é possível observar que a classe temática *sentimentos e emoções* esteve mais associada ao estrato social mais baixo, cujo nível educacional e a profissão exercida pelo chefe da família são menos qualificados. Em consonância com Peñaloza *et al.* (2019), essa representação revela o considerável sofrimento psicológico que o endividamento pode acarretar àqueles que estão em situação socioeconômica mais vulnerável. O fato desse grupo estar mais associado a discursos com maiores cargas emocionais negativas que a dívida traz, como sofrimento e a humilhação, pode estar relacionado às restrições dos canais e oportunidades sociais – privação de funcionamentos e capacidades (SEN, 2010) – para o indivíduo assumir a responsabilidade pela própria vida e se livrarem dessa situação (REGO; PINZANI, 2014).

Em virtude da condição de menor poder aquisitivo, as decisões econômicas do dia a dia assumem uma importância maior aos indivíduos mais pobres do que para indivíduos mais abastados, assim como possuem um menor espaço para o erro. Ao passo que o endividamento possa surgir em decorrência de uma falha em estabelecer um compromisso e disciplina contínua, os grupos sociais mais vulneráveis acabam sendo culpados direta ou indiretamente pela sua situação. Imputados por forças e circunstâncias exteriores não controláveis por eles, os estratos sociais mais pobres estão imersos, além da esfera moralizante da dívida (LAZZARATO, 2012),

em um discurso neoliberal de responsabilização individual (TAPIA, 2018; LOPEZ, 2018), que lhe atribuem autonomia, a responsabilização de suas escolhas e, portanto, de sua situação socioeconômica menos afortunada.

Destarte, a tomada de decisões equivocadas pode reforçar um sentimento de falha ou frustração nesses indivíduos – apesar de pouco ou quase nada poderem realizar diante de circunstâncias de ordem objetiva das quais não possuem controle (REGO; PINZANI, 2014). Nesse sentido, aparição de uma forte reação emocional – de um sentimento de medo e preocupação da antecipação de um “problema” (LAZZARATO, 2013) – podem ser mais experienciadas em indivíduos de estratos sociais mais baixos.

Ato contínuo, a Classe 2 (*Causas da Dívida*), outro articulador que organiza os discursos dos indivíduos, refere-se, sobretudo, às possíveis causas do endividamento, desde questões intrínsecas aos indivíduos à fatores extrínsecos. À princípio, os vocábulos evocados pelos indivíduos evidenciam a existência de questões de conjuntura econômica (*desemprego e crise econômica*) como justificativa da existência do endividamento. De fato, em decorrência das circunstâncias político-econômicas que assolaram o país nos últimos anos, estes fatores comprometeram, em grande medida, a renda das famílias de baixa renda, levando-as à situação de endividamento e sobre endividamento (SPC, 2018; HENNIGEN, 2016).

Todavia, essa lógica estende-se até o entendimento desse fenômeno como uma *necessidade* da qual o indivíduo torna-se incapacitado de fugir. Em certa medida, tem-se verificado a constituição do crédito enquanto uma essencialidade na baixa renda (ROCHA; SILVA, 2008; SCIRÉ, 2011), ao passo que a aceitação do endividamento seja a forma pela qual este segmento obtenha recursos para a compra de bens de consumo (ROCHA; SILVA, 2008). Por outro lado, o entendimento do endividamento fundamentalmente como uma *desorganização* representa esse fenômeno devido a fatores intrínsecos de responsabilidade do próprio indivíduo. Assim como evidenciado por outros autores, a dívida enquanto um efeito moralizante implica em comportamentos e atitudes, cuja consequência é a culpabilização do indivíduo pelo seu estado (LAZZARATO, 2013; HENNIGEN, 2016; ZORDAN; SILVA, 2018).

Os elementos lexicais que constituem essa classe, não somente caracterizam uma descrição das causas do endividamento, mas revelam uma justificativa de sua existência por parte do indivíduo. Essa justificativa transita, sobretudo, em torno da sua inevitabilidade – decorrentes da necessidade e de contextos sociais mais amplos dos quais não possuem controle – e da responsabilização do indivíduo pela sua condição (HENNIGEN; GEHLEN, 2012; HENNIGEN; BORGES, 2014; HENNIGEN, 2016).

Por fim, o último elemento da representação social evocado pelos indivíduos (*Obrigações Financeiras*) refere-se, sobretudo, ao processo da ancoragem subjacente às representações (MOSCOVICI, 2010). Vocábulos como *dívida* e *contas* procuram dar uma objetificação e significação ao endividamento. Todavia, os elementos lexicais que caracterizam essa classe evidenciam, além da objetificação do fenômeno do endividamento, os efeitos da dívida sobre os sujeitos a partir da organização do cotidiano em decorrência das obrigações financeiras.

Em um nível pragmático, as palavras *pagamentos* e *boletos* expressam tais obrigações da existência de uma dívida. Assim, há um vínculo direto de ordem econômico-financeira – e, portanto, moral (LAZZARATO, 2013) – assumidos pela pessoa que deve, a qual adentra em uma lógica contínua de pagamento de contas. De acordo com Sciré (2011), isso pode estar associado ao fato da introdução do crédito à gerência do orçamento familiar. O *parcelamento* e a contratação de *empréstimos* seriam alternativas recorrentes para garantir o acesso a bens de consumo (ROCHA; SILVA, 2008). Nessa perspectiva, são organizadores do cotidiano à medida que requalificam as práticas e a gerência do orçamento doméstico (SCIRÉ, 2009; 2011). Baseadas agora em uma disciplina regrada ao prazo e compromissos bem delimitados, tais elementos revelam ainda um engajamento individualizante ao promoverem uma subordinação às obrigações financeiras (SCIRÉ, 2011).

Destarte, à vista da composição do conteúdo das classes terminais, ressalta-se que, embora a relevância do plano da cultura de consumo no âmbito das sociedades contemporâneas, não se obteve nenhum grupo lexical que remetesse à lógica consumista ou um ethos pró-consumismo de gratificação material imediata ocasionados pela compra de bens de consumo (BAUMAN, 2010b; FONTENELE, 2017). Em contrapartida, a representação social evidenciou a interpretação negativa do discurso dos entrevistados acerca do endividamento. Reações emocionais adversas desse fenômeno evidenciam a perversidade da dívida aos mais vulneráveis, manifestando, além da sua representação de culpa e de obrigação, a presença de um “mal-estar” de sua existência (LAZZARATO, 2013; HENNIGEN; GEHLEN, 2012; HENNIGEN; BORGES, 2014; HENNIGEN, 2016).

A partir disso, valendo-se da estruturação bipolar empregada pelo método Alceste (KALAMPALIKIS, 2003), uma última análise buscou organizar os discursos dos sujeitos a partir da primeira divisão do *corpus* do texto. Nesse sentido, o fato de haver uma primeira separação das classes expressaria, *per se*, a existência de uma dicotomia na estruturação dos discursos dos indivíduos. Desse modo, as quatro classes temáticas podem ser agrupadas em dois eixos principais, que manifestam a existência da diferenciação do endividamento em um contexto social geral (Classe 4) e do seu relacionamento com os indivíduos em um âmbito particular (Classes 1, 2 e 3).

A partir da interpretação do conteúdo lexical das classes terminais, compreende-se que esta primeira separação do *corpus* do texto corresponde à oposição particular-geral do fenômeno do endividamento. Por um lado, o discurso dos sujeitos presentes na Classe 4, pertencente à temática do contexto social geral, interpreta o endividamento como um fator estrutural a partir da identificação de sua origem no arranjo social externo. Concatenando a confluência de fatores socioeconômicos na qual a dívida se encontra alicerçada, a presença de figuras de instituições creditícias e do fornecimento de produtos e serviços financeiros destacam a influência do mundo das finanças na construção do endividamento na baixa renda.

Em contrapartida, a segunda divisão (Classes 1, 2 e 3) revela que o endividamento não se constitui apenas como algo puramente econômico-financeiro. Essa separação, por seu turno, demonstra o esquema básico da incidência desse fenômeno, enfatizando seu entrelaçamento às circunstâncias pessoais e seu elo forjador das subjetividades individuais. A existência da dívida

submerge os sujeitos em obrigações e pagamentos que evidenciam um processo de financeirização das práticas cotidianas (e.g., *contas, pagamentos*, etc.). A necessidade em apresentar um engajamento e um comprometimento contínuo a essa circunstância geram justificativas à existência da dívida, enquanto um fator individualizante ou macrosocial (e.g., *desemprego, desorganização*, etc.), as quais desencadeiam reações emocionais e considerável sofrimento psíquico aos sujeitos (*angústia, medo*, etc.).

Considerações finais

Considerando-se que este estudo buscou perscrutar a representação social do endividamento para consumidores de baixa renda, constata-se que o objetivo foi alcançado. Tal análise teve em vista identificar os significados deste conceito para indivíduos mais vulneráveis aos corolários de uma lógica da dívida, uma vez que os estudos acerca do tema têm se concentrado, sobretudo, sobre seus fatores causadores.

Nesse sentido, a iniciativa do uso da abordagem das representações sociais permitiu a ordenação de singularidades e a elaboração de generalidades a respeito do tema em questão. Como principal resultado, os achados dessa pesquisa revelam que o fenômeno do endividamento permeia sua existência da sociedade para além de um âmbito econômico e financeiro, mas forja subjetividades individuais a partir da incorporação de concepções e fundamentos que são refletidos nos hábitos dos sujeitos. Da mesma forma, os achados desta pesquisa revelam que os sujeitos estruturam a representação do endividamento em dois polos organizadores principais, cuja sua manifestação apresenta-se através da diferenciação do contexto geral e particular.

O entendimento do endividamento em seu âmbito geral concatena a confluência de fatores externos ao indivíduo a partir de um arranjo socioeconômico no qual a dívida se encontra alicerçada. Presente em figuras de instituições creditícias e do fornecimento de produtos e serviços financeiros, esses discursos evidenciam, à visão dos consumidores de baixa renda, o papel do mundo das finanças na construção do endividamento. Em contrapartida, o contexto particular manifesta o lado intrínseco ao indivíduo, do entrelaçamento desse fenômeno às circunstâncias pessoais. A existência da dívida imerge os sujeitos em obrigações e pagamentos que revelam um processo de financeirização das práticas cotidianas, ao passo que geram justificações para o endividamento e consequências latentes advindas deste.

Destarte, essa confluência de perspectivas em uma única representação demonstra a complexidade do fenômeno e, sobretudo, o matiz conceitual acessado pelos sujeitos para representá-la. Nesta perspectiva, a representação põe em pauta a necessidade de se refletir acerca do sistema econômico-financeiro como forma de repensar as práticas de oferta de crédito e das altas taxas de juros. Ademais, reitera-se a necessidade da inserção dos estratos sociais mais baixos nessa discussão, uma vez que não estão alheios a este fenômeno; ao contrário, são os mais suscetíveis às suas consequências. De fato, o presente estudo revela que para os indivíduos mais pobres o relacionamento do endividamento se dá a partir de uma reação emocional decorrente, sobretudo, pela “pressão moral” infligidas pela sua condição de endividado.

Sobre este ponto, as políticas públicas não devem se limitar apenas à ocorrência mercantil desse fenômeno, olvidando-se das consequências sociais e subjetivas que o endividamento pode acarretar sobre o indivíduo. Dessa forma, ressalta-se a importância de articular políticas de saúde mental para tratar os problemas emocionais decorrentes da dívida. De modo conjunto, salienta-se a construção de políticas de educação financeira – desconectadas de abordagens puramente racionalista e economicista – enquanto um mecanismo primordial para construção de uma sociedade mais justa e equânime. Como meios de ampliarem as liberdades e o empoderamento dos indivíduos, o ensino financeiro constitui-se como capacidades essenciais aos indivíduos de baixa renda para desenvolverem estratégias de enfrentamento e mecanismos de resistência contra os instrumentos de dominação do mercado.

Todavia, salienta-se que esta pesquisa apresenta algumas limitações referentes à composição da amostra, cuja representação não pode ser generalizada além do contexto social na qual se encontra circunscrita. Igualmente, ressalta-se a dificuldade encontrada para consecução de dados a partir do método da evocação de palavras. De um modo geral, os indivíduos se restringiram a citar apenas três palavras ou expressões – mesmo delongando-se durante as entrevistas para mitigar tal fato –, o que, em decorrência do tamanho do *corpus* empírico, pode ter sido um empecilho para realizações de análises de correspondência mais contundentes.

Não obstante, este trabalho expõe novos caminhos para o desenvolvimento de pesquisas que procuram a compreensão do endividamento. Novos estudos que busquem levantar a representação desse fenômeno podem se beneficiar a partir da comparação dos discursos de indivíduos que vivem em contextos sociomateriais diferentes, a fim de constatar diferentes perspectivas representacionais. Ademais, aponta-se também para estudos aprofundarem-se em investigações a respeito de como estes sujeitos empobrecidos lidam com a questão do endividamento, ressaltando processos intersubjetivos relacionados ao estigma da dívida. Nesse aspecto, pesquisas futuras podem se ater a compreender as estratégias de enfrentamento utilizadas pelos sujeitos para dirimirem a situação estressante desse fenômeno, sobretudo mecanismos empregados para lidar com a circunstância de humilhação e vergonha que o estado de endividado acarreta.

Referências

ADIMARK, S. **El nivel socioeconómico ESOMAR**: Manual de aplicación. Santiago, Chile: Autor, 2000.

BAUMAN, Z. **Vida a crédito**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010b.

BAUMAN, Z. **Capitalismo parasitário**: e outros temas contemporâneos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010a.

BAUDILLARD, J. **A sociedade de consumo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BOURDIEU, P. **A distinção**: crítica social do julgamento. Porto Alegre: Zouk, 2011.

CARVALHO, H. A.; GERHARD, F. G. P.; PEÑALOZA, V. Representação social do endividamento individual. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, v. 11, n. 1, p. 100-115, 2017.

COMISSION ECONOMICA PARA AMERICA LATINA Y EL CARIBE (CEPAL). Las cuentas de los hogares y el bienestar en América Latina: Más allá del PIB. **Cuadernos Estadísticos**, n. 44, 2016. Disponível em: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/40174-cuentas-hogares-bienestar-america-latina-mas-alla-pib>. Acesso em: 15 jun. 2020.

DEAN, L. R.; JOO, S. H.; GUDMUNSON, C. G.; FISCHER, J. L.; LAMBERT, N. Debt begets debt: Examining negative credit card behaviors and other forms of consumer debt. **Journal of Financial Service Professionals**, v. 67, n. 2, p. 72, 2013.

DELEUZE, G. **Conversações**. São Paulo: Ed. 34, 2008

FONTENELLE, I. A. **Cultura do consumo**: fundamentos e formas contemporâneas. São Paulo: FGV, 2017.

GARBER, G.; MIAN, A.; PONTICELLI, J.; SUFI, A. **Household debt and recession in Brazil**. National Bureau of Economic Research Working paper no. 25170, Cambridge, MA, 2018. Disponível em: www.nber.org/papers/w25170.pdf. Acesso em: 06 jun. 2020.

GRAEBER, D. **Dívida**: os primeiros 5.000 anos. São Paulo: Três Estrelas, 2016.

HAIR, J. F.; BLACK, W. C.; BABIN, B. J.; ANDERSON, R. E.; TATHAM, R. L. **Análise multivariada de dados**. Porto Alegre: Bookman Editora, 2009.

HARDT, M.; NEGRI, A. **Declaração**: Isto não é um manifesto. São Paulo: n-1 Edições, 2014.

HENNIGEN, I. Superendividamento dos consumidores: uma abordagem a partir da Psicologia Social. **Revista Subjetividades**, v. 10, n. 4, p. 1173-1201, 2016.

HENNIGEN, I. Endividado, devo: Governo da vida pelas finanças. **Fórum Linguístico**, v. 16, n. 3, p. 3953-3965, 2019.

HENNIGEN, I.; BORGES, J. Estigma moral e sofrimento psi: problematizando a individualização do superendividamento do consumidor. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 14, n. 1, p. 214-238, 2014.

HENNIGEN, I.; GEHLEN, G. Com a “vida” no vermelho: psicologia e superendividamento do consumidor. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 7, n. 2, p. 290-298, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Síntese de indicadores sociais**: uma análise de condições de vida da população brasileira. 2018. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101629.pdf>. Acesso em 05 maio 2020.

KALAMPALIKIS, N. L'apport de la méthode Alceste dans l'analyse des représentations sociales. *In*: ABRIC, J. C. (Org.). **Méthodes d'étude des représentations sociales**. Ramonville Saint-Agne: Erès, 2003, p. 147-163.

LAZZARATO, M. Sobre a crise: finanças e direitos sociais (ou de propriedade). **Lugar Comum**, v. 27, p. 83-90, 2009.

LAZZARATO, M. **O governo do homem endividado**. São Paulo: n-1 Edições, 2017.

LIPOVETSKY, G. **A felicidade paradoxal: ensaios sobre a sociedade de hiperconsumo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LÓPEZ, F. G. Crédito, deuda y gubernamentalidad financiera en Chile. **Revista mexicana de sociología**, v. 80, n. 4, p. 881-908, 2018.

LUXEMBURGO, A. R. **Acumulação do Capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MOSCOVICI, S. O fenômeno das representações sociais. *In*: MOSCOVICI, S. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Petrópolis: Vozes, 2010.

NIETZSCHE, F. **Genealogia da moral: uma polêmica**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

PEÑALOZA, V.; GERHARD, F.; CARVALHO, H. A.; DENEGRI, M. C. Representaciones Sociales del endeudamiento del consumidor, diferencias por género, edad, grupos de renta. **Polis. Revista Latinoamericana**, v. 54, 2019.

PONCHIO, M. C.; ARANHA, F. Necessidades, vontades e desejos: a influência do materialismo sobre a dívida de consumo dos paulistanos de baixa renda. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 31., 2007, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2007.

REGO, W. L.; PINZANI, A. **Vozes do Bolsa Família: Autonomia, dinheiro e cidadania**. São Paulo: Editora Unesp, 2ª Ed., 2014.

RETONDAR, A. M. A (re)construção do indivíduo: a sociedade de consumo como “contexto social” de produção de subjetividades. **Sociedade e estado**, v. 23, n. 1, p. 137-160, 2008.

RIBEIRO, R. F.; LARA, R. O endividamento da classe trabalhadora no Brasil e o capitalismo manipulatório. **Serviço Social & Sociedade**, v. 126, p. 340-359, 2016.

RIUS, A.; ROMÁN, C. **Consumo y crecimiento en América Latina y el Caribe: las luces del bienestar y las sombras de la sostenibilidad**. Serie Documentos de Trabajo del Instituto de Economía, no. 10/15, 2015. Disponível em: <http://www.iecon.ccee.edu.uy/dt-10-15->

consumo-y-crecimiento-en-america-latina-y-el-caribe-las-luces-del-bienestar-y-las-sombras-de-la-sostenibilidad/publicacion /499/es/. Acesso em: 17 jun. 2020.

ROCHA, A.; SILVA, J. Inclusão social e marketing para a base da pirâmide: uma agenda de pesquisa. **RAE–Eletrônica**, v. 7, n. 2, p. 1-24, 2008.

RUIZ-TAGLE, J.; GARCÍA, L.; MIRANDA, A. **Proceso de endeudamiento y sobreendeudamiento de los hogares en Chile**. *Documentos de Trabajo del Banco Central del Chile*, n. 703, 2013. Disponível em: <https://www.bcentral.cl/contenido/-/detalle/proceso-de-endeudamiento-y-sobre-endeudamiento-de-los-hogares-en-chile-4>. Acesso em: 18 jun. 2020.

SCIRÉ, C. D. “Financeirização da pobreza”: Crédito e endividamento no âmbito das práticas populares de consumo. **Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política**, v. 20, n. 1, 2011

SCIRÉ, C. D. **Consumo popular, fluxos globais: práticas, articulações e artefatos na interface entre a riqueza e a pobreza**. 2009. 172 f. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. Programa de pós graduação do departamento de sociologia da faculdade de filosofia, letras e ciências humanas, mestre em sociologia, 2009. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-29092009104310/pt-br.php>. Acesso em: 25 mai. 2020.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2010.

SEN, A. Well-being, agency and freedom: The Dewey lectures 1984. **The journal of philosophy**, v. 82, n. 4, p. 169-221, 1985.

SISTEMA DE PROTEÇÃO AO CLIENTE (SPC). **Inadimplentes brasileiros 2018**: perfil e comportamento frente às dívidas. 2019. Disponível em: <https://www.spcbrasil.org.br/pesquisas/pesquisas/filtro/tema/perfil-do-inadimplente>. Acesso em: 02 jun. 2020.

TAPIA, A. M. Endeudamiento “saludable”, empoderamiento y control social. **Polis. Revista Latinoamericana**, n. 49, p. 1-20, 2018.

VERGARA, S. C. **Métodos de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2008.

WACHELKE, J.; WOLTER, R. Critérios de construção e relato da análise prototípica para representações sociais. **Psicologia: teoria e pesquisa**, v. 27, n. 4, p. 521-526, 2011.

WORLD BANK. **Poverty and shared prosperity 2018**: Piecing together the poverty puzzle. Washington, DC: World Bank, 2018.

ZORDAN, P. B. M. B. G.; SILVA, M. T. Figuras da crise: cidades e educação. **Revista Brasileira de Educação**, v. 23, p. 1-23, 2018.